

## Últimos livros

Wilson Martins

Entre a *História da Literatura Brasileira*, de Sílvio Romero, e a de José Veríssimo, que agora circula em quinta edição (Rio de Janeiro: José Olympio, 1969), há, não só uma diferença de qualidade e doutrina, posta comumente em evidência pelos especialistas, mas, ainda e sobretudo, uma não menos interessante diversidade de significação e perspectivas. Pelo fato, justamente, de pertencer à família espiritual dos sociólogos e de ver, por isso, a literatura em termos nacionalistas, Romero tinha forçosamente de encarar a historiografia das letras como um exaustivo levantamento de obras e autores, tinha de propor uma visão compreensiva e larga, e não uma visão seletiva, da coisa literária. Esta última tinha sentido aos seus olhos não propriamente como realização estética, mas, antes, pelo simples fato de existir; acresce que, cronologicamente, coube-lhe ser o primeiro a descobrir o "brasilianismo" de nossa literatura e que, germanista, nela incluía toda a matéria escrita.

Precisamente por isso, quero dizer, precisamente porque Romero demonstrara a clara existência de uma literatura brasileira, tornou-se possível depurar pouco a pouco, nos trinta anos seguintes, a idéia de que havia, igualmente, no Brasil, uma literatura literária; já não se tratava de afirmar o fato mesmo de havermos produzido literatura, tratava-se de avaliar, no plano da qualidade e das perspectivas universais, o que se havia produzido. Esse é o sentido da obra de Veríssimo, cuja caráter estético, seletivo e judicante tem sido largamente acentuado; ela é, no momento próprio, a tentativa necessária de avaliar o passado útil e de estabelecer as linhas de força pelas quais se integrava no presente e se projetava no futuro; não é apenas o balanço literário do século 19, é o balanço, primeiro, de toda a literatura no Brasil, e, em seguida, de toda a literatura brasileira, de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). É preciso ler as páginas de

introdução para perceber que não se trata aqui de uma reconstrução mental: Veríssimo compõe o seu livro para mostrar que "a literatura que se escreve no Brasil é já a expressão de um pensamento e sentimento que se não confundem mais com o português, e em forma que, apesar da comunidade da língua, não é mais inteiramente portuguesa. É isto absolutamente certo desde o romantismo, que foi a nossa emancipação literária, seguindo-se naturalmente à nossa independência política. Mas o sentimento que o promoveu e principalmente o distinguiu, o espírito nativista primeiro e o nacionalista depois, êsse se veio formando desde as nossas primeiras manifestações literárias, sem que a vassalagem ao pensamento e ao espírito português lograsse jamais abafá-lo. É exatamente essa persistência no tempo e no espaço de tal sentimento, manifestado literariamente, que dá à nossa literatura a unidade e lhe justifica a autonomia" (pág. 2).

Ao contrário da de Romero, e por vir trinta anos depois, a *História* de Veríssimo pôde colocar-se decididamente no plano dos julgamentos estéticos; isso não o levava contudo a ignorar o jôgo dialético que se estabeleceu entre a realidade social e a literatura, tanto mais que, por suas condições históricas, fôra exclusivamente português o primeiro contacto do país com a criação literária, e continuaria a ser uma língua comum o seu instrumento de expressão. Ao estudar os "predecessores do Romantismo", êle acentua que é somente do século 19 "que podemos datar a existência de uma literatura brasileira, tanto quanto pode existir literatura sem língua própria". É a Independência que vai configurar a consciência de nacionalidade sem a qual não pode existir literatura autônoma, ainda que possa haver existido antes dela uma literatura "nativista" ou uma literatura "nacionalista": "O fato do Ipiranga, precedido da singular situação resultante da estada aqui da família real e consequente transformação da Colônia em Reino unido ao de Portugal, perfizera essa consciência e lhe influíra a vontade de existir com a vida distinta que faz as na-

## O passado útil

ções. Em tais momentos, como em todos os partos, são infalíveis as roturas. Deuse aqui o rompimento entre brasileiros e portugueses, pode dizer-se o levante de uns contra outros, fenômeno necessário da separação dos dois povos" (pág. 111). É com a Independência que a literatura brasileira manifesta "a sua vontade de ser literatura" e só com a Independência pôde manifestar a sua vontade de ser brasileira; assim, duas linhas que se prolongavam a pouca distância uma da outra desde as primeiras páginas escritas no Brasil, acabam afinal por confluír na época da emancipação. Falo bem em "época da emancipação", para acentuar que se trata de um período mais ou menos largo e, de resto, largamente indeterminado; digamos, em grosso, os trinta ou quarenta anos que vão da chegada da família real à maioria de D. Pedro II.

Isso implica, está claro, uma visão orgânica e, até, organicista do desenvolvimento literário, que já era, aliás, a de Sílvio Romero. Caberia, mesmo, perguntar se se pode escrever história literária sem êsse tipo de visão, quaisquer que sejam, por outro lado, os corretivos de análise crítica que lhe possamos e devamos opor. Nesse particular, o destino foi excepcionalmente generoso para com José Veríssimo, já que lhe permitiu escrever o seu livro quando Machado de Assis aparecia, indiscutivelmente, como "a mais alta expressão do nosso gênio literário, a mais eminente figura da nossa literatura" (p. 277). De Bento Teixeira a Machado de Assis, não se trata apenas de uma reta cronológica a unir dois extremos da escala; estamos diante de um quadro diagramático em que o avanço das abscissas coincide com a elevação das ordenadas, ou as acompanha. O autor de *Brás Cubas* era, aos olhos de Veríssimo, "o mais insigne" dos prosadores brasileiros e, na ficção romanesca, "o maior dos nossos escritores". Machado de Assis seria, talvez, o único clássico da literatura brasileira (pag. 284) e, com certeza, "o mais intimamente nacional dos nossos romancistas, se não procurarmos o nacionalismo somente nas exterioridades pitorescas da vida ou nos

traços mais notórios do indivíduo ou do meio" (pág. 285). Louvando-lhe o estro poético e as virtudes críticas, Veríssimo completava o retrato do escritor por excelência, que vinha coroar todo o processo literário, desde o século 16, seja no que se refere ao aprimoramento das técnicas criadoras, seja no que se refere ao completo amadurecimento do espírito nacional.

É singular, mas perfeitamente compreensível, que tal avaliação de Machado de Assis, incontestavelmente válida no momento em que Veríssimo a estabeleceu, se haja perpetuado até aos nossos dias, quando razões semelhantes às que o levaram a formulá-la deveriam levar-nos de maneira igualmente natural a reformá-la. É, diga-se de passagem, o que já começa a acontecer, e pelos caminhos mais inesperados, se não contraditórios: à medida mesmo em que vamos estudando Machado de Assis como "o mais insigne dos nossos escritores", multiplicando as edições críticas [o Instituto Nacional do Livro já lançou as de *Brás Cubas* (1960), *Quincas Borba* ... (1969) e *D. Casmurro* (1969)], recuperando os dispersos, acumulando investigações de fontes e precisões biográficas, êle se torna... menos insigne e começa a ocupar o seu lugar definitivo entre os grandes escritores brasileiros. Destruído o folclore biográfico-sentimental (benevolente e maledicente) que em tôrno dêle se acumulara, ei-lo reduzido à escala humana: continua, sem dúvida, a ser o escritor insigne que nêle via José Veríssimo, mas já será difícil decidir se ainda conserva a condição de único clássico brasileiro ou se ainda pode ser considerado como o maior dos nossos prosadores. Digamos que nem tal tipo de indagações tem mais cabimento em crítica literária, nem tem mais cabimento com relação a Machado de Assis.

É certo, contudo, que o aparecimento de um escritor como Machado de Assis (e, por "aparecimento", penso, é evidente, não no seu desaparecimento, em 1908, mas no seu período de maturidade, a partir, digamos, de 1880), marca a inscrição das nossas letras no plano de universalidade estética que lhe assegurava o direito de se

encararem como "literatura brasileira". Veríssimo estava certo, por consequência, e certo continua, assim como estava certo na estimativa crítica de tantos outros escritores e movimentos literários que na sua *História* comparecem. Esquece-se com frequência, mas é um erro, que êle foi não raro o primeiro a propor certas perspectivas de julgamento crítico a respeito de autores "difíceis" (como Nabuco ou Euclides da Cunha), e que essas perspectivas continuam perfeitamente corretas. Sua frase era pesada, suas orações sem nervo, suas imagens nem sempre do gosto mais apurado e seu ouvido literário menos sensível que a inteligência: enquanto escritor, Veríssimo pertence, por paradoxo, a uma idade antemachadiana, assim como era pouco machadiana a sua quase completa carência do espírito de humor e ironia. Enquanto crítico e historiador literário, entretanto, êle ocupa em nossa história intelectual, o lugar que reservava para Machado de Assis no quadro geral da literatura brasileira: é a culminância de um longo processo que tendo início, como êle próprio indicava, com as academias literárias do século 18 (pág. 270), completou-se, afinal, no último terço do século 19, sob a forma de conhecimento, na obra de Sílvio Romero, e sob a forma de avaliação, na dêle mesmo. A literatura brasileira, no sentido largo da palavra, está constituída quando surgem os grandes livros de Machado de Assis; em plano mais restrito, a crítica literária também se pode considerar como constituída com o aparecimento de José Veríssimo.

"Literatura é arte literária", dizia êle na introdução (pág. 10); eis um axioma que hoje nos parece banal, mas que o seria bem menos nos incisos do século, quando Veríssimo o formulava, e quando Romero dava a impressão de que a literatura era tudo, menos arte literária. Essa simples frase marca o início de uma idade inteiramente nova: Veríssimo era, afinal, a crítica que impunha a sua visão particular à história literária.